

SUMÁRIO

Agradecimentos	9
Prefácio	11
A Autora	19
Intróito	21

PRIMEIRA PARTE, 27

CAPÍTULO I

DA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS MERCANTIS: COMERCIAIS/INDUSTRIAIS, 29

Considerações introdutórias à operação de securitização em si	31
---	----

CAPÍTULO II

FUNÇÃO DA OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS, 37

CAPÍTULO II-A

SECURITIZAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO E A NECESSIDADE DE SUA DESMISTIFICAÇÃO, 45

A Mobilização dos Créditos	50
A palavra crédito e seus vários significados	56
O lugar da securitização no sistema financeiro	65
Mercados de Valores Mobiliários e Securitização	66
Mercado de Bolsa	67
Mercado de Balcão	68

CAPÍTULO III

DESMISTIFICANDO A SECURITIZAÇÃO, 71

Da Razão da Operação de Securitização	89
---	----

CAPÍTULO IV

DA COMPANHIA SECURITIZADORA – DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – SPE OU SPC – *SPECIAL PURPOSE COMPANY* OU ENTIDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO – EPE, 97

Da Cessão do Lastro com Coobrigação. Cessão <i>Pro Solvendo</i>	106
---	-----

CAPÍTULO V

DA SECURITIZAÇÃO COM OS FUNDOS DE INVESTIMENTO CREDITÓRIO – FIDC, 113

V.1. O fenômeno do fundo de investimento em cotas de FIDC–FIFFIDC ou FAQFIDC	130
V.2. Das Agências de Avaliação de Risco – “ <i>Rating Agencies</i> ”	134
V.3. Breves apontamentos acerca de outros tipos de securitização existentes no Brasil	137

CAPÍTULO VI

REGRAS PERTINENTES À SECURITIZAÇÃO, 159

Regulação e Auto-Regulação	161
Regulação	161
VI.1. Interesse Público	163
VI.2. Confiabilidade	164
VI.3. Mercado Eficiente	164
VI.4. Competitividade	164
VI.5. Mercado Livre	165
VI.6. Proteção ao Investidor	165

CAPÍTULO VII

DA AUTO-REGULAÇÃO NO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS, 167

Da Auto-Regulação no Mercado de Valores Mobiliários	169
VII.1. Objetivo da Auto-Regulação	169
VII.2. Pressupostos da Auto-Regulação	169
Resolução CMN nº 2.686, 26.01.00	174
Resolução CMN nº 2907/01	175
Resolução CMN nº 2.836 de 30.05.01	176
Resolução CMN nº 3.456	176

CAPÍTULO VIII

A SECURITIZAÇÃO DE RECEBÍVEIS MERCANTIS-COMERCIAIS INDUSTRIAIS NO DIREITO COMPARADO: UMA VISÃO PANORÂMICA, 177

SEGUNDA PARTE, 195

CAPÍTULO IX

CONCEITO E HISTÓRICO BRASILEIRO DOS VALORES MOBILIÁRIOS/“SECURITIES”, 197

Conceito de Mercado de Valores Mobiliários. A Comissão de Valores Mobiliários – CVM	205
Funções dos Valores Mobiliários em geral – “securities”	209
Correlação e distinção entre os valores mobiliários e os títulos de crédito	211
Breve Histórico dos Valores Mobiliários que podem vir a existir em razão de uma Operação de Securitização de Recebíveis Mercantis-Comerciais e suas raízes históricas no Brasil	221
Bônus de Subscrição	226
Certificados de Depósitos de Valores Mobiliários	229
Índices Representativos de Carteiras de Ações	233
Opções de Compra e Venda de Valores Mobiliários	235
Objetos de negociação das opções	236
Quotas de fundos de investimento	238
Nota Comercial ou <i>Commercial Paper</i>	239
Direitos de Subscrição	241
Títulos ou Contratos de Investimento Coletivo	242
Certificados Representativos de Contratos Mercantis de Compra e Venda a Termo de Energia Elétrica	244
Certificados de Depósitos de Ações	245
Recibos de Subscrição	245
Quotas de Fundos Imobiliários	245
Debêntures	246
Cédula de Debênture (antiga Cédula Pignoratícia de Debênture)	252
Certificado de Recebível Imobiliário – CRI	253
Certificados de Investimento em Empreendimentos Audiovisuais <i>Unit(s)</i> , as quais também podem chegar a aparecer em um processo de securitização	254
Cédula de Produto Rural, Cédula de Crédito Rural e Cédula de Crédito Agrário	255
Derivativos e os contratos futuros	256
Bibliografia Consultada	259